

Construtora Aterpa M. Martins S.A.

**Demonstrações financeiras
de acordo com as práticas contábeis
adotadas no Brasil em
31 de dezembro de 2012**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Construtora Aterpa M.Martins S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Construtora Aterpa M.Martins S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



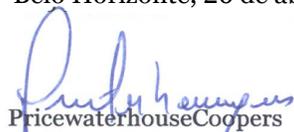
Construtora Aterpa M.Martins S.A.

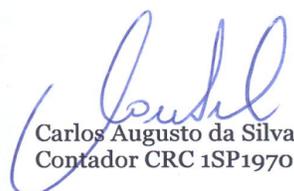
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Construtora Aterpa M.Martins S.A. e da Construtora Aterpa M.Martins S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 26 de abril de 2013


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG


Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2 "S" MG

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	Reapresentado 31/12/2011	Reapresentado 1/1/2011	31/12/2012	Reapresentado 31/12/2011	Reapresentado 1/1/2011
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	22.617	52.061	2.644	39.213	53.450	4.685
Contas a receber de clientes (nota 8)	202.482	120.636	142.880	226.495	127.454	190.315
Partes relacionadas (nota 26)	29.088	30.973	10.233	30.138	27.909	15.348
Estoques	14.642	3.292	1.267	14.649	3.292	1.275
Adiantamentos	3.529	4.949	3.288	7.635	5.433	9.233
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9.305	7.164	5.496	9.425	7.164	5.509
Outros impostos a recuperar	10.543	8.911	4.831	10.938	8.932	4.902
	<u>292.206</u>	<u>227.986</u>	<u>170.639</u>	<u>338.493</u>	<u>233.634</u>	<u>231.267</u>
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 19)	27.724	1.598	2.555	32.926	1.598	2.555
Ativos financeiros disponíveis para venda	14.765	1.958	1.958	15.509	1.958	1.958
Depósitos judiciais (nota 24)	169	4.219	897	357	4.333	987
Demais contas a receber	169	166	157	357	166	159
	<u>42.658</u>	<u>7.941</u>	<u>5.567</u>	<u>48.792</u>	<u>8.055</u>	<u>5.659</u>
Investimentos (nota 9)	46.423	28.865	57.481	4.006	20.026	16.983
Intangível (nota 10)	13.600	14.509	13.848	16.427	17.327	16.738
Imobilizado (nota 11)	117.356	111.966	92.145	139.774	117.582	94.263
	<u>220.037</u>	<u>163.281</u>	<u>169.041</u>	<u>208.999</u>	<u>162.990</u>	<u>133.643</u>
Total do ativo	<u>512.243</u>	<u>391.267</u>	<u>339.680</u>	<u>547.492</u>	<u>396.624</u>	<u>364.910</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	Reapresentado 31/12/2011	Reapresentado 1/1/2011	31/12/2012	Reapresentado 31/12/2011	Reapresentado 1/1/2011
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores e outras contas a pagar (nota 12)	37.151	22.284	17.700	43.697	20.985	21.591
Salários e encargos a pagar (nota 13)	14.682	7.401	6.159	19.080	8.661	9.031
Adiantamento de clientes	5.548	9.196		15.281	9.196	
FINAME, FINIMP e LEASING (nota 14)	15.668	14.208	10.509	16.224	14.277	10.657
Empréstimos de capital de giro (nota 14)	31.530			31.530		
Empréstimos – Conta Garantida (nota 14)	14.989			16.989		
Cessão de recebíveis com coobrigação	21.934			22.705		
Imposto de renda e contribuição social (nota 16)	100	2.642		395	3.388	154
Impostos a recolher (nota 17)	3.342	3.714	5.862	4.640	4.776	9.182
Programa de recuperação fiscal - REFIS				145	983	678
Juros sobre capital próprio (nota 20)		3.266	6.819		3.266	6.819
Impostos a recolher diferidos (nota 19)	9.887	7.280	5.480	10.850	7.473	5.479
Provisão para contingências (nota 25)	1.755	1.491	41	2.363	1.844	64
Partes relacionadas (nota 26)	15.704	1.119		14.953	1.112	10.509
Demais contas a pagar	17.758	6.471	9.526	15.491	6.595	9.637
	<u>190.048</u>	<u>79.072</u>	<u>62.096</u>	<u>214.343</u>	<u>82.556</u>	<u>83.801</u>
Não circulante						
FINAME, FINIMP e LEASING (nota 14)	37.150	41.983	30.760	40.026	42.519	30.976
Empréstimos – Conta Garantida (nota 14)			585			585
Debêntures (nota 15)	42.978			42.978		
Imposto de renda e contribuição social diferido (nota 18)	6.888	9.323	13.440	9.135	9.398	13.440
Programa de recuperação fiscal - REFIS				287		621
Provisão para contingências (nota 25)	14.425	4.852	2.974	14.766	4.966	3.021
Dividendos propostos	9.931			9.931		
Outros	282					1.058
	<u>111.654</u>	<u>56.158</u>	<u>47.759</u>	<u>117.123</u>	<u>56.883</u>	<u>49.701</u>
Total do passivo	<u>301.702</u>	<u>135.230</u>	<u>109.855</u>	<u>331.466</u>	<u>139.439</u>	<u>133.502</u>
Atribuído aos acionistas da controladora						
Capital social (nota 20)	224.855	148.763	148.763	224.855	148.763	148.763
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 11)	13.211	17.214	24.333	13.211	17.214	24.333
Reservas de lucros		90.060	56.729		90.060	56.729
Prejuízos acumulados	(27.525)			(27.525)		
	<u>210.541</u>	<u>256.037</u>	<u>229.825</u>	<u>210.541</u>	<u>256.037</u>	<u>229.825</u>
Participação dos não controladores				5.485	1.148	1.583
Total do patrimônio líquido	<u>210.541</u>	<u>256.037</u>	<u>229.825</u>	<u>216.026</u>	<u>257.185</u>	<u>231.408</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>512.243</u>	<u>391.267</u>	<u>339.680</u>	<u>547.492</u>	<u>396.624</u>	<u>364.910</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2012	Reapresentado 2011	2012	Reapresentado 2011
Receita líquida dos serviços prestados (nota 21)	474.583	293.885	549.462	428.490
Custo dos serviços prestados (nota 22)	(466.202)	(242.755)	(545.222)	(347.133)
Lucro Bruto	8.381	51.110	4.240	81.357
Despesas administrativas (nota 22)	(60.073)	(39.712)	(69.542)	(51.784)
Outras receitas	1.674	519	7.662	518
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	(50.018)	11.917	(57.640)	30.091
Receitas financeiras	1.879	3.863	2.085	5.707
Despesas financeiras	(12.970)	(3.318)	(13.254)	(3.398)
Resultado financeiro (nota 23)	(11.091)	545	(11.169)	2.309
Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas e controladas (nota 9)	(7.625)	14.227	(3.247)	(1.020)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(68.734)	26.689	(72.056)	31.380
Imposto de renda e contribuição social (nota 18)	25.172	253	27.340	(4.875)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(43.562)	26.942	(44.716)	26.505
Atribuível a:				
Acionistas controladores			(43.562)	26.942
Acionistas não controladores			(1.154)	(437)
Lucro por ação (nota 24)	(0,317)	0,197		

Não existem transações cuja classificação seja em outros resultados abrangentes, desta forma a Demonstração de Resultado Abrangente não está sendo apresentada.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

	Atribuíveis aos acionistas da controladora								
	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de Lucros			Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	Acionistas não controladores	Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reservas de Retenção	Dividendos adicionais propostos				
Em 1º de janeiro de 2011	148.763	24.333	8.856	55.184			237.136	2.673	239.809
Ajustes de Exercícios Anteriores (nota 2.1.e)				(7.311)			(7.311)	(1.090)	(8.401)
Em 1º de janeiro de 2011 (reapresentado)	148.763	24.333	8.856	47.873			229.825	1.583	231.408
Lucro líquido do exercício						26.942	26.942	(435)	26.507
Constituição de reserva legal			380			(380)			
Realização da Reserva de avaliação patrimonial		(7.119)				7.111	(8)		(8)
Juros sobre capital próprio					866	(1.588)	(722)		(722)
Dividendos propostos					13.000	(13.000)			
Destinação do lucro líquido do exercício e resultado acumulado				19.085		(19.085)			
Em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	148.763	17.214	9.236	66.958	13.866		256.037	1.148	257.185
Integralização de capital	76.092		(9.236)	(57.158)			9.698		9.698
Saldo de abertura de não controladores em novos investimentos (nota 1.a)								3.460	3.460
Outros								2.031	2.031
Prejuízo do exercício						(43.562)	(43.562)	(1.154)	(44.716)
Realização da Reserva de avaliação patrimonial		(4.003)				4.003			
Juros sobre capital próprio				(310)	(866)		(1.176)		(1.176)
Dividendos propostos				2.544	(13.000)		(10.456)		(10.456)
Absorção de prejuízo				(12.034)		12.034			
Em 31 de dezembro de 2012	224.855	13.211				(27.525)	210.541	5.485	216.026

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro Líquido do Exercício antes dos impostos	(68.374)	26.689	(72.056)	31.380
Ajustes por:				
Depreciação de Imobilizado	23.891	22.315	28.261	22.930
Equivalência Patrimonial	7.625	(14.227)	3.247	(1.020)
Provisões para Contingências	9.837	3.328	10.319	3.725
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(114)		114	
Provisão para bônus e gratificações	2.350		2.465	
Prejuízo na alienação do imobilizado	1.139	137	1.256	
Provisão para perda				
Imposto de Renda e contribuição social pagos	(2.705)	(2.866)	(4.686)	(4.560)
Outros	2.934	(116)	4.039	(4)
	(23.417)	35.260	(27.041)	52.451
Variações no capital Circulante				
Redução (aumento) em contas a receber de clientes	(81.732)	22.244	(99.155)	62.861
Redução (aumento) em partes relacionadas	1.885	(20.740)	(2.229)	(12.561)
Aumento em Estoques	(11.350)	(2.025)	(11.357)	(2.017)
Redução (aumento) em adiantamentos	1.420	(1.661)	(2.202)	3.800
Redução (aumento) em Imposto a Recuperar	(3.773)	(5.748)	(4.267)	(5.685)
Redução (aumento) em imposto de renda e contribuição social diferido	9.536	(468)	8.890	(393)
Redução (aumento) em depósitos judiciais	(10.546)	(3.322)	(11.176)	(3.346)
Redução (aumento) em outros ativos	1.955	(9)	1.767	(7)
Aumento (redução) em fornecedores	14.867	4.580	22.712	(606)
Aumento (redução) em salários e encargos sociais	7.281	1.242	10.419	(370)
Aumento (redução) em impostos a pagar	(10.528)	921	(8.206)	(4.179)
Redução em adiantamento de clientes	(3.648)	9.196	6.085	9.196
Redução programa de recuperação fiscal - REFIS			(551)	(317)
Aumento (redução) em outros passivos	19.183	(136)	18.707	(11.503)
	(88.867)	39.334	(97.604)	87.324
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais				
	(88.867)	39.334	(97.604)	87.324
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(30.702)	(49.883)	(57.266)	(53.788)
Alienação de ativos imobilizados e intangíveis	1.242	6.950	5.266	6.950
Incorporação de controlada		58.035		
Aquisições de ações em empresas coligadas e controladas	(25.185)	(15.195)	18.758	(2.023)
	(54.645)	(93)	(33.242)	(48.861)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				
	(54.645)	(93)	(33.242)	(48.861)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Movimentação líquida de empréstimos e financiamentos	109.338	14.337	111.879	14.578
Integralização de capital	9.698		9.698	
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(4.968)	(4.161)	(4.968)	(4.276)
	114.068	10.176	116.609	10.302
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento				
	114.068	10.176	116.609	10.302
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos				
	(29.444)	49.417	(14.237)	48.765
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício				
	52.061	2.644	53.450	4.685
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício				
	22.617	52.061	39.213	53.450
	(29.444)	49.417	(14.237)	48.765

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 **(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1 Informações gerais

A Construtora Aterpa M.Martins S.A. (“Aterpa” ou “Companhia”), anteriormente denominada Construtora Aterpa S.A. e suas controladas (conjuntamente denominadas “Grupo”), tem como principal atividade a prestação de serviços de engenharia, destacando-se a construção de obras civis, rodoviárias, ferroviárias, industriais, de saneamento e aquelas referentes à exploração de jazida de minério, incluindo escavação, carga e transporte de material.

A Aterpa é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em reunião realizada em 25 de março de 2013.

(a) Aquisição da J Dantas S.A. Engenharia e Construções

Em 2 de janeiro de 2012, a Aterpa adquiriu 80% das ações ordinárias da J Dantas S.A. Engenharia e Construções (“J Dantas”). A J Dantas, uma sociedade de capital fechado com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi fundada em 26 de agosto de 1966 e tem por objeto social a atividade de engenharia civil, em especial o estudo e execução de túneis, canalizações, terraplenagem e pavimentação.

A aquisição ocorreu através de sua controlada integral SAF Participações Ltda. (“SAF”), e teve como objetivo a ampliação dos segmentos de negócio em que o Grupo atua.

O valor do acervo líquido da controlada J Dantas, avaliado na data-base de 2 de janeiro de 2012, foi de R\$ 17.301 e é composto como segue:

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Circulante	11.233
Disponibilidades e valores equivalentes	810
Contas a receber	9.504
Impostos a recuperar	916
Outros	3
Não circulante	17.758
Imobilizado	17.663
Intangível	95
Total do ativo	28.991
Circulante	6.457
Empréstimos e financiamentos	1.359
Fornecedores	257
Salários, férias e encargos sociais a pagar	2.471
Outros	2.370
Não Circulante	5.233
Empréstimos e financiamentos	46
Outras Exibilidades	5.187
Total do passivo	11.690
Acervo líquido	17.301
Os detalhes dos ativos líquidos adquiridos e do ágio, são:	
Compromissos assumidos	8.000
Contraprestação total pela compra	8.000
Valor do patrimônio líquido ajustado às praticas da Controladora(80%)	13.841
Compra vantajosa contabilizada na SAF	5.841

(b) Alteração no quadro de acionistas

Durante o exercício de 2012 a Companhia realizou uma reorganização societária e financeira, que resultou na entrada de um novo acionista - NEO Capital Mezanino Fundo de Investimento em Participações - e na substituição dos acionistas pessoas físicas, em um único acionista, pessoa jurídica – JASA S.A.. A reestruturação financeira encontra-se demonstrada em (c) abaixo.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como resultado dessas mudanças e conforme demonstrado na nota explicativa 20, a composição do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é formada exclusivamente por acionistas pessoas jurídicas, com as seguintes participações do total de ações ordinárias:

JASA S.A.	98,60%
NEO Capital Mezanino Fundo de Investimento em Participações	1,40%

(c) Restruturação financeira

Durante o ano de 2012 a Companhia efetuou a emissão de debêntures conversíveis em ações, com atribuição de bônus de subscrição.

Em ata de assembleia geral extraordinária de 23 de maio de 2012, os acionistas da companhia aprovaram a operação e, na mesma data, foi celebrado entre a Aterpa e a NEO Capital Mezanino Fundo de Investimento em Participações (“Fundo”), o Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures, de Espécie Quirografária e Conversíveis em Ações de Emissão da Construtora Aterpa M.Martins S.A., com a Atribuição de Bônus de Subscrição, tendo como Interveniente-anuente a Jasa Participações S.A. (“JASA”).

As principais características dessa emissão estão abaixo:

- i. A data de emissão das debêntures foi definida como 23 de maio de 2012 e cada debênture teve valor nominal unitário definido em R\$ 14.009,50 (quatorze mil e nove reais e cinquenta centavos);
- ii. A emissão foi prevista para ocorrer em duas séries no total de 4.672 (quatro mil, seiscentas e setenta e duas) debêntures, conversíveis em ações ordinárias da Emissora, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, sem garantia real, perfazendo um total de R\$ 65.452.384,00 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais) na data de emissão;
- iii. A primeira série, no valor de R\$ 44.199.972,50 (quarenta e quatro milhões, cento e noventa e nove mil, novecentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos) foi integralmente subscrita e integralizadas pelo Fundo em 06 de junho de 2012;
- iv. A segunda série, no valor de R\$ 21.252.411,50 (vinte e um milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e onze reais e cinquenta centavos), será subscrita e integralizada em até 18 (dezoito) meses após a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, com o Parecer dos auditores. Para essa segunda emissão, a Aterpa deverá requisitar ao Fundo a subscrição e integralização do valor, que será corrigido pelo IPCA a partir da data de integralização da primeira série até a integralização da segunda série;

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- v. Será atribuído, gratuitamente, 1 (um) Bônus de Subscrição como vantagem adicional pela subscrição e integralização de cada debênture;
- vi. Independentemente do cumprimento dos requisitos mencionados no item (d) iv. acima, o Fundo tem a faculdade de realizar o segundo aporte durante o período de 18 (dezoito) meses após a integralização das debêntures da primeira série;
- vii. Conforme estabelecido no Instrumento de Emissão de Debêntures, para cada debênture emitida, subscrita e integralizada, serão emitidos Bônus de Subscrição, nominativos e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados. Os bônus podem ser convertidos a qualquer tempo em ações ordinárias de emissão da Emissora, na proporção de 3.490 (três mil, quatrocentos e noventa) ações ordinárias para cada bônus. Os aumentos de capital, em decorrência do exercício de Bônus de Subscrição, serão realizados dentro do capital autorizado, conforme aprovado na Assembleia Geral de Emissão de Debêntures. Bônus de subscrição não exercidos no prazo de 10 anos a partir da data de integralização, serão automaticamente cancelados;
- viii. O acionista principal, no caso a JASA, terá direito de preferência, em igualdade de condições, na aquisição de debêntures ou bônus de subscrição que o Fundo ou qualquer outro debenturista queira alienar. Exceção apenas em caso de alienação cujo adquirente seja pessoa ligada ao Fundo.

Informações sobre a atualização monetária, remuneração das debêntures e vencimento da operação estão apresentados na nota explicativa nº 15.

(d) Controladas

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía as seguintes empresas controladas e controlada em conjunto e que fazem parte das suas demonstrações consolidadas:

Sonel Engenharia S.A., que tem como objeto social a prestação de serviços de engenharia, com ênfase em obras de saneamento, instalações elétricas e hidráulicas e construção de estações de tratamento de água e efluentes,

SAF Participações Ltda., que tem como objetivo a participação em outras empresas,

J Dantas S.A. Engenharia e Construções, que tem como objeto social a prestação de serviços de engenharia, com ênfase na construção de túneis e canalizações, e

Hidrelétrica Pimenta Bueno Ltda, que tem como objeto social a execução de projetos, a construção e a exploração hidrelétrica da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Urubu.

A Sucursal Peru trata-se de subsidiária criada no Peru para exercer o mesmo objeto social da Construtora Aterpa M.Martins S.A.

A Impar Serviços de Mineração S.A., trata-se de controlada em conjunto, que tem como objeto social a atividade de mineração.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 **(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de máquinas e equipamentos e veículos, na data de transição para CPC e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas, para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

(c) Mudança nas políticas contábeis e divulgações

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Aterpa passou a considerar em suas demonstrações consolidadas, as seguintes práticas contábeis:

1. A posição patrimonial da empresa Hidrelétrica Pimenta Bueno Ltda., a partir de 1º de janeiro de 2012 passou a ser consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia;
2. As receitas de serviços prestados passaram a ser reconhecidas com base no método POC – Percentual de Obra concluída, conforme estabelecido pelo CPC 17.

Essas mudanças decorreram do aprimoramento dos controles internos da Companhia e possibilitou uma apresentação de informações mais adequadas das demonstrações financeiras.

Os efeitos da alteração no método de reconhecimento de receita por modificarem a posição das demonstrações financeiras para 31 de dezembro de 2011 e de 2010, publicadas em 27 de abril de 2012, estão demonstrados na nota explicativa nº 2 (e).

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Normas novas que ainda não entraram em vigor

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC vigindo a partir de 2012 e que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

(e) Refazimento das demonstrações financeiras

- (i) As demonstrações financeiras da Controladora e do consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 apresentam correções em relação àquelas publicadas em 15 de maio de 2012 nos termos previstos no CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e correções de erro. A referida correção afetou as demonstrações financeiras conforme a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2011		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	52.061		52.061	53.450		53.450
Contas a receber de clientes	121.300	(664)	120.636	136.908	(9.454)	127.454
Partes relacionadas	15.258	15.715	30.973	11.498	16.411	27.909
Estoques	3.292		3.292	3.292		3.292
Adiantamentos a fornecedores	4.949		4.949	5.433		5.433
Imposto de Renda e contribuição social	7.164		7.164	7.164		7.164
Outros impostos a recuperar	8.911		8.911	8.932		8.932
	<u>212.935</u>	<u>15.051</u>	<u>227.986</u>	<u>226.677</u>	<u>6.957</u>	<u>233.634</u>
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Imposto de renda e contribuição social	1.598		1.598	1.598		1.598
Ativos Disponíveis para venda	1.958		1.958	1.958		1.958
Depósitos judiciais	4.219		4.219	4.333		4.333
Outros Ativos	166		166	166		166
	<u>7.941</u>		<u>7.941</u>	<u>8.055</u>		<u>8.055</u>
Investimentos	26.403	(253)	26.150	13.803	6.223	20.026
Intangível	17.224		17.224	17.327		17.327
Imobilizado	111.966		111.966	117.582		117.582
	<u>163.534</u>	<u>(253)</u>	<u>163.281</u>	<u>156.767</u>	<u>6.223</u>	<u>162.990</u>
Total do ativo	<u>376.469</u>	<u>14.798</u>	<u>391.267</u>	<u>383.444</u>	<u>13.180</u>	<u>396.624</u>

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2010		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores e outras contas a pagar	17.630	70	17.700	21.591		21.591
Empréstimos e financiamentos	10.509		10.509	10.657		10.657
Impostos a recolher	5.862		5.862	9.182		9.182
Programa de Recuperação Fiscal -REFIS				678		678
Juros sobre capital próprio	6.819		6.819	6.819		6.819
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar				154		154
Salários e encargos a pagar	6.159		6.159	9.031		9.031
Imposto a recolher diferidos	5.933	(453)	5.480	5.933	(454)	5.479
Contingências	41		41	64		64
Outros passivos	9.526		9.526	20.008	138	20.146
	62.479	(383)	62.096	84.117	(316)	83.801
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	31.345		31.345	31.561		31.561
Imposto de renda e contribuição social diferidos		13.440	13.440		13.440	13.440
Outros impostos a pagar diferidos	13.461	(13.461)		13.461	(13.461)	
Programa de Recuperação Fiscal -REFIS				621		621
Contingências	2.974		2.974	3.021		3.021
Provisões				1.058		1.058
	47.780	(21)	47.759	49.722	(21)	49.701
Total do passivo	110.259	(404)	109.855	133.839	(337)	133.502
Patrimônio líquido						
Atribuído aos acionistas da Controladora						
Capital social	148.763		148.763	148.763		148.763
Ajustes de avaliação patrimonial	24.333		24.333	24.333		24.333
Reservas de lucros	64.040	(7.311)	56.729	64.040	(7.311)	56.729
	237.136	(7.311)	229.825	237.136	(7.311)	229.825
Participação dos não controladores				2.673	(1.090)	1.583
Total do patrimônio líquido	237.136	(7.311)	229.825	239.809	(8.401)	231.408
Total do passivo e patrimônio líquido	347.395	(7.715)	339.680	373.648	(8.738)	364.910

	Controlada			Consolidado		
	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2011		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Receita líquida dos serviços prestados	271.826	22.059	293.885	407.866	20.624	428.490
Custo dos serviços prestados	(242.196)	(579)	(242.775)	(345.341)	(1.792)	(347.133)
Lucro Bruto	29.630	21.480	51.110	62.525	18.832	81.357
Despesas administrativas	(39.712)		(39.712)	(51.784)		(51.784)
Outras receitas	956		956	962		962
Outras perdas líquidas	(437)		(437)	(444)		(444)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	(9.563)	21.480	11.917	11.259	18.832	30.091
Receitas financeiras	3.863		3.863	5.707		5.707
Despesas financeiras	(3.318)		(3.318)	(3.398)		(3.398)
Resultado financeiro	545		545	2.309		2.309
Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas -SCP	16.345	(2.118)	14.227	(1.020)		(1.020)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	7.327	19.362	26.689	12.548	18.832	31.380
Imposto de renda e contribuição social	271	(18)	253	(4.856)	(19)	(4.875)
Lucro líquido do exercício	7.598	19.344	26.942	7.692	18.813	26.505
Atribuível a:						
Acionistas controladores				7.598		26.942
Acionistas não controladores				94		(437)
Lucro por ação	0,056	0,141	0,197			
Quantidade de ações	136.744.355	136.744.355	136.744.355			

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 (Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2 Consolidação

Demonstrações consolidadas são as demonstrações financeiras de um conjunto de entidades (grupo econômico), apresentadas como se fossem as de uma única entidade econômica.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios básicos de consolidação previstos pelo CPC e apresentam os saldos das contas de todas as empresas controladas que fazem parte desse conjunto. A consolidação de controladas incorpora as contas totais de ativos, passivos e resultados e distingue a participação de acionistas não controladores no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidados, correspondente ao percentual de participação desses acionistas nas controladas. Na consolidação de investidas controladas em conjunto, são incorporadas as contas de ativos, passivos e resultados de acordo com o percentual de participação de controle em conjunto.

O processo de consolidação contempla a eliminação dos investimentos registrados proporcionalmente à participação da Controladora nos patrimônios líquidos das controladas, dos saldos das contas patrimoniais que refletem operações entre a Controladora e as controladas, dos resultados não realizados nos estoques e das receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

A participação dos acionistas não controladores, nas empresas consolidadas, é demonstrada nos saldos das demonstrações consolidadas como pertencentes a terceiros.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa e os depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Incluem ainda investimentos de alta liquidez com vencimentos em até 90 dias.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo Aterpa ("Grupo") compreendem Caixa e equivalentes de caixa e Contas a receber de clientes e demais contas a receber (notas explicativas nºs 6, 7 e 8).

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5.3 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que podem ser estimados de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) falência do tomador ou outra reorganização financeira, ou
- (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 **(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Contas a receber de clientes

Contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação dos serviços executados até a data das demonstrações financeiras, ainda que representem valores parciais de contratos de obras em execução naquelas datas. São registradas ao valor justo e classificadas como Contas a receber de cliente e demais contas a receber, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotados em mercado ativo. Subsequentemente, é mensurado pelo custo amortizado menos a provisão para risco de crédito (*impairment*).

A provisão para riscos de crédito é calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos. A Administração considera como suficiente a provisão registrada para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

2.7 Investimentos

Os investimentos da Companhia em controladas e em coligadas, com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa em sua administração, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme divulgado na nota explicativa nº 9.

O exercício social das companhias consolidadas coincide com o da Companhia e o processo de consolidação inclui os seguintes principais procedimentos, adotados de maneira consistente nas demonstrações aqui apresentadas: (i) eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo mantidos entre as companhias consolidadas, (ii) eliminação dos investimentos, proporcionalmente à participação da Controladora nos patrimônios líquidos das controladas, (iii) eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as companhias consolidadas e, (iv) eliminação de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas consolidadas, quando relevantes.

As demonstrações financeiras das controladas com sede no exterior são convertidas para reais utilizando-se os seguintes critérios:

- (a) Contas ativas e passivas, pela taxa de câmbio de fechamento;
- (b) Contas específicas no patrimônio líquido, pela taxa histórica das transações ou movimentações, e
- (c) Contas de resultado, pela taxa de câmbio média de cada mês.

2.8 Ativos intangíveis

Ágios (*goodwill*) foram apurados em aquisições de participações societárias. Esses ágios são decorrentes da diferença entre o valor de aquisição e o valor justo do patrimônio líquido das controladas, apurados na data de aquisição e estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de resultados da respectiva investida, determinados utilizando-se o critério de fluxo de caixa descontado, para um período projetivo de cinco anos.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade do ágio sobre investimentos, utilizando, para tanto, práticas consideradas de mercado, principalmente o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Os gastos com aquisição e instalação de softwares na incorporação de controladas (transferência de tecnologia) são capitalizados de acordo com os benefícios econômicos futuros que fluirão para a Companhia.

Esses custos são amortizados conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 10. Gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

2.9 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e o seu valor provável de realização (valor residual). As taxas de vida útil são revisadas anualmente pela administração e estão divulgadas na nota explicativa nº 11. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores possam ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído, vendido ou transferido para outra entidade, é baixado. Reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os bens do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos, são avaliados anualmente pela administração para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Independente da não existência desses indícios, para o intangível sem vida útil definida, a Companhia efetua a avaliação de *impairment*, anualmente. Nessa linha, caso o valor contábil de um ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, é reconhecida uma perda no resultado do período.

Em linha com o CPC 01, a Administração da Aterpa e suas controladas avaliou os ativos sujeitos a ajuste de recuperação e não identificou a necessidade de serem efetuados ajustes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidos inicialmente ao valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado. Não há diferença entre o valor da fatura e seu valor presente, devido ao curto prazo para pagamento.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 (Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.12 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais, conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Provisões

Reconhecidas no balanço a valor justo, quando a Companhia possui uma obrigação legal ou como resultado de eventos passados, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-los. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 (Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado e não pelo líquido.

2.15 Benefícios a empregados

A Companhia possui planos de benefícios a empregados que podem incluir assistência médica, a participação nos lucros, bônus e seguro de vida em grupo. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados está apresentada na nota explicativa nº 27.

2.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

2.17 Reconhecimento da receita

Receita de serviços de engenharia

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de engenharia é reconhecida segundo o método de percentagem da conclusão (POC). Segundo esse método, a receita reconhecida em cada exercício é proporcional ao avanço dos custos incorridos, em relação aos custos totais estimados.

Os custos estimados incluem a previsão de gastos diretos e indiretos, incorridos e a incorrer até a entrega total da obra, inclusive os custos adicionais para a desmobilização do local.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para a conclusão dos serviços, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e serão refletidas no resultado do período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas respectivas alíquotas básicas:

<u>Impostos e Tributos</u>	<u>Alíquotas</u>
PIS	0,65%
Cofins	3,00%
ISS	2,00% a 5,00%

As receitas estão apresentadas líquidas dos impostos e contribuições acima.

Os contratos de contribuição executados através de sociedades em conta de participação, nas quais a companhia detém o controle majoritário, foram contabilizados na controladora.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no previsto no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(i) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda. Em algumas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(ii) Avaliação de perdas de recuperabilidade (*impairment*) de ágio com base em expectativa de rentabilidade futura.

A Administração da Companhia avalia se os ágios com base em expectativa de rentabilidade futura podem não ser recuperáveis totalmente, como descrito na política contábil mencionado na nota explicativa nº 2.10, com base em premissas e julgamento sobre o teste de *impairment* realizado e o consequente registro de provisões, quando o valor de recuperação for inferior ao valor do ativo registrado.

(iii) Vidas úteis de ativos imobilizados e intangíveis

Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados ou amortizados durante sua vida útil, até o limite de seu valor provável de realização. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração em relação ao período em que os ativos gerarão receitas e é periodicamente revisada para adequação contínua.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os novos valores são apropriados ao resultado do exercício conforme as novas estimativas. Mais detalhes, incluindo valores contábeis, estão incluídos nas notas explicativas nºs 10 e 11.

(iv) Provisão para contingências

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia reconhece uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado ou quando uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações financeiras. As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações financeiras, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da Controladora e do consolidado. A aplicação desses princípios contábeis, em caso de litígios, exige que a Administração realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito, além de seu controle. A Companhia revisa as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e analisando os relatórios emitidos pelos seus consultores externos, visando a avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações financeiras. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão a natureza do litígio, reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações financeiras, mas antes das mesmas serem emitidas), a experiência em casos semelhantes e qualquer decisão da Administração da Companhia sobre a forma como ela vai responder ao litígio, reivindicação ou autuação. Mais detalhes incluindo valores contábeis estão divulgados na nota explicativa nº 25.

4 Gestão de capital

A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de proteger a sua capacidade operacional, mantendo uma estrutura de capital que possa oferecer o maior retorno possível aos seus acionistas, sem que no entanto, isto a onere.

Similar a outras companhias do mercado, a Companhia monitora seu capital com base no índice de endividamento calculado pela relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA.

Informações pertinentes aos riscos inerentes à operação da Companhia e à utilização de instrumentos financeiros para dirimir esses riscos, bem como as políticas e riscos relacionados aos instrumentos financeiros, estão descritos na nota explicativa nº 5.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 (Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 Gestão de risco financeiro

A forma de identificação e condução dos riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são:

(a) Risco de mercado

Risco cambial

Os riscos ocorrem pelas oscilações das taxas de câmbio que geram efeitos significativos sobre os saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira. A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2012, posições em aberto, expostas à variação de taxas de câmbio do Euro (nota 14).

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não tem ativos significativos sobre os quais incidam juros. O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de curto e longo. As taxas de juros sobre estes empréstimos encontram-se mencionadas na nota 14.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários, levando em consideração o refinanciamento, a renovação de posições existentes e financiamentos alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia identifica os impactos na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado, selecionando as opções de menor custo. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

A Companhia está exposta a risco de oscilação das taxas de juros quando ocorre um descasamento entre as taxas de juros praticadas pela Companhia e as taxas de juros de mercado. Em 31 de dezembro de 2012, parte substancial do endividamento total da Companhia e das suas controladas era denominado em reais e sujeito a flutuação de taxas como a TJLP e o CDI. O aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos seus empréstimos, resultando em um impacto significativo sobre as despesas financeiras e resultados operacionais.

(b) Risco de crédito

Esse instrumento financeiro refere-se principalmente às disponibilidades e as contas a receber da Companhia. Para minimizar seus riscos, as operações da Companhia são realizadas com bancos de primeira linha e clientes públicos e privados de grande porte. Apesar de não possuir uma carteira de recebíveis diversificada, a Administração entende que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para riscos de crédito.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade da Companhia em cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que as empresas do grupo possam cumprir com suas obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. Nesse sentido, investe o excesso de caixa em instrumentos financeiros com vencimentos e liquidez apropriados, suficiente para fornecer margens adequadas para fazer frente a seus compromissos. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantinha aplicações em fundos de curto prazo no valor de R\$ 39.980, conforme detalhado na nota 7.

6 Instrumentos financeiros por natureza

	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2012		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	202.482	202.482
Caixa e equivalentes de caixa	22.617	22.617
	<u>225.099</u>	<u>225.099</u>
	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2011		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	120.636	120.636
Caixa e equivalentes de caixa	52.061	52.061
	<u>172.697</u>	<u>172.697</u>
	Empréstimos e recebíveis	Total
1 de janeiro de 2011		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	142.880	142.880
Caixa e equivalentes de caixa	2.644	2.644
	<u>145.524</u>	<u>145.524</u>

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	1/1/2011	31/12/2012	31/12/2011	1/1/2011
Caixa e bancos	12.543	5.211	1.586	18.019	6.527	3.554
Aplicações financeiras	10.074	46.850	1.058	21.194	46.923	1.131
	<u>22.617</u>	<u>52.061</u>	<u>2.644</u>	<u>39.213</u>	<u>53.450</u>	<u>4.685</u>

8 Contas a receber de clientes e demais contas a receber

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	1/1/2011	31/12/2012	31/12/2011	1/1/2011
Cientes públicos	13.978	12.371	89.012	18.299	13.904	111.874
Cientes privados	45.830	3.866	2.106	50.811	7.552	6.314
	<u>59.808</u>	<u>16.237</u>	<u>91.118</u>	<u>69.110</u>	<u>21.456</u>	<u>118.188</u>
Valores a faturar - Cientes públicos	120.309	104.831	52.893	122.739	107.707	73.258
Valores a faturar - Cientes privados	24.686	2.003	1.304	37.195	726	1.304
	<u>144.995</u>	<u>106.834</u>	<u>54.197</u>	<u>159.934</u>	<u>108.433</u>	<u>74.562</u>
Provisão para risco de crédito	(2.321)	(2.435)	(2.435)	(2.549)	(2.435)	(2.435)
	<u>202.482</u>	<u>120.636</u>	<u>142.880</u>	<u>226.495</u>	<u>127.454</u>	<u>190.315</u>

O saldo de valores a faturar referem-se às receitas reconhecidas pelo método de porcentagem de serviços completados – “PoC” (descritos na nota 2.17) que ainda não se encontram faturados.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 (Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Investimentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 (b) a Aterpa adquiriu em 2 de janeiro de 2012, 80% das ações da empresa J Dantas S.A Engenharia e Construções. Essa aquisição se deu mediante o pagamento de parcela à vista .

A composição do saldo de Investimentos e a participação da Controladora nas empresas controladas e coligadas e Sociedades em Conta de Participação (SCP) é a seguinte:

	Investimento			Patrimônio Líquido			Resultado do exercício			Participação %			Equivalência patrimonial		
	31/12/2012	11/12/2011	31/12/2010	1/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	1/12/2012	1/12/2011	31/12/2010	1/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Controladas															
M.Martins Engenharia e Comercio S.A.			40.683		57.948	41.310		17.352	31.097		100	100		17.352	24.256
Sonel Engenharia S.A.	3.474	6.126	3.096	4.342	6.463	3.871	2.656	(2.185)	(3.143)	80	80	80	2.125	(1.747)	(2.515)
Ágio na aquisição da Sonel (nota 10)	2.715	2.715	2.715												
SAF Participações Ltda.	34.479	500		37.980	500		(5.303)			100	100		(5.325)		
Hidrelétrica Pimenta Bueno S.A.	1.066	1.765	859	2.231	1.773	1.773	(1.653)			50	50	50	(827)		
Sucursal Peru	79	717	150	79	(1.010)	4	(93)	(761)	(249)	100	100	100	(632)		
Total	41.813	11.823	47.503	44.632	63.901	46.958	(4.393)	14.406	27.705				(4.659)	15.605	21.741
Coligadas e Controladas em conjunto															
IMPAR Mineração S.A.	1.590	1.089	858	3.179	2.177	3.738	(5.932)	(2.206)	(406)	50	50	50	(2.966)	(1.103)	(1.221)
PCH - Pequenas centrais hidrelétricas	2.006	1.735	891							20 a 50	20 a 50	20 a 50			
Total	3.596	2.824	1.749	3.179	2.177	3.738	(5.932)	(2.206)	(406)				(2.966)	(1.103)	(1.221)
Sociedades em Conta de Participação															
Outros	1.010	14.218	8.222												(275)
Total	46.423	28.865	57.481	47.811	66.078	50.696	(10.325)	12.200	27.299				(7.625)	14.227	20.520

A movimentação dos investimentos pode ser assim apresentada:

	Saldo em 31/12/2010	Subscrição (redução) de capital	Ganho com equivalência patrimonial	Incorporação da Investida	Saldo em 31/12/2011	Subscrição (redução) de capital	Ganho com equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2012
M.Martins Engenharia e Comercio S.A.	40.683		17.352	(58.035)				
Sonel Engenharia S.A.	5.811	4.778	(1.747)		8.841	(4.777)	2.125	6.189
SAF Participações Ltda.		500			500	39.304	(5.325)	34.479
Hidrelétrica Pimenta Bueno	859	906			1.765	128	(827)	1.066
IMPAR Mineração S.A.	858	1.334	(1.103)		1.089	3.467	(2.966)	1.590
Sucursal Peru	150	567			717	(6)	(632)	79
PCH - Pequenas centrais hidrelétricas	891	844			1.735	271		2.006
Sociedades em Conta de Participação	8.222	6.271	(275)		14.218	(13.208)		1.010
Outros	7	(7)				4		4
Total	57.481	15.193	14.227	(58.035)	28.865	25.183	(7.625)	46.423

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 Intangível

Durante os exercícios objetos dessas demonstrações financeiras, a rubrica de Intangível apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora			Consolidado		
	Ágio	Licença de software	Total	Ágio	Licença de software	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	12.148	1.462	13.610	14.863	1.462	16.325
Adições		587	587		775	775
Baixas		(2)	(2)		(2)	(2)
Amortização(1)		(347)	(347)		(360)	(360)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	12.148	1.700	13.848	14.863	1.875	16.738
Adições		920	920		850	850
Baixas		(52)	(52)		(52)	(52)
Amortização(1)		(207)	(207)		(209)	(209)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	12.148	2.361	14.509	14.863	2.464	17.327
Adições					48	48
Transferências		(822)	(822)		(854)	(854)
Amortização(1)		(87)	(87)		(94)	(94)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	12.148	1.452	13.600	14.863	1.564	16.427

(1) A taxa de amortização de software é de 10% ao ano

O ágio gerado nas duas aquisições e no montante de R\$ 14.863 foi fundamentado na rentabilidade futura das sociedades adquiridas e não vem sendo amortizado contabilmente, estando sujeito apenas a testes de *impairment*, conforme previsto pelo CPC 01 – Redução ao Valor recuperável dos Ativos. Para fins fiscais sua amortização é permitida e, quando utilizada, é considerada como despesa dedutível para fins de apuração dos montantes a pagar de imposto de renda e da contribuição social.

O ágio classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas refere-se às seguintes operações:

	31/12/2012	31/12/2011
Ágio pago pela Aterpa na aquisição da CVA (controladora e consolidado)	12.148	12.148
Ágio pago pela Aterpa na aquisição da Sonel (consolidado)	2.715	2.715
	<u>14.863</u>	<u>14.863</u>

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Imobilizado

			31/12/2012	31/12/2011	Controladora	
					1/11/2011	
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Construções	4	462	462	6		
Máquinas e equipamentos	6,67 a 33,34	153.250	(73.424)	79.826	67.957	
Instalações Diversas	10	2.203	(227)	1.976	6	
Veículos	8,34 a 33,34	65.456	(32.272)	33.184	23.831	
Móveis e utensílios	10	2.212	(304)	1.908	351	
Total do imobilizado		223.583	(106.227)	117.356	111.966	92.145
Consolidado						
			31/12/2012	31/12/2011	1/11/2011	
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Construções	4	2.701	-	2.701	6	-
Máquinas e equipamentos	6,67 a 33,34	172.607	(77.336)	95.271	82.985	69.863
Instalações Diversas	10	2.233	(244)	1.989	1.453	6
Veículos	8,34 a 33,34	71.375	(33.555)	37.820	31.846	23.951
Móveis e utensílios	10	2.307	(314)	1.993	1.292	443
Total do imobilizado		251.223	(111.449)	139.774	117.582	94.263

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos de imobilizado está apresentada abaixo:

	<u>Construções</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Instalações diversas</u>	<u>Veículos</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Total</u>
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2010	76		114.825	8	43.056	411	158.376
Adições	6		32.415	1.460	14.925	1.077	49.883
Baixas	(76)		(5.827)	(1)	(989)	(60)	(6.953)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	6		141.413	1.467	56.992	1.428	201.306
Adições		456	17.458	728	10.448	973	30.063
Baixas			(6.469)		(2.895)	(147)	(9.511)
Transferências			849	8	911	(42)	1.726
Saldos em 31 de dezembro de 2012	6	456	153.251	2.203	65.456	2.212	223.584
Depreciação							
Saldos em 31 de dezembro de 2010	76		46.868	2	19.225	60	66.231
Adições			17.645	12	6.652	101	24.410
Baixas	(76)		(647)		(569)	(9)	(1.301)
Saldos em 31 de dezembro de 2011			63.866	14	25.308	152	89.340
Adições			14.888	198	8.482	194	23.762
Baixas			(5.023)		(2.096)	(30)	(7.149)
Transferências			(307)	15	579	(12)	275
Saldos em 31 de dezembro de 2012			73.424	227	32.273	304	106.228

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Custo atribuído (*Deemed Cost*)

Conforme orientado pelo CPC 27, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído ajustando os saldos de abertura dos grupos do ativo imobilizado Máquinas e equipamentos e Veículos, na data de transição, em 1º de janeiro de 2009.

Os efeitos nas classes de ativos decorrentes da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 foram:

	<u>Controladora e Consolidado</u> <u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Controladora e Consolidado</u> <u>Veículos</u>
Custo		
Saldos em 31 de dezembro de 2010	28.937	15.715
Baixas	<u>(485)</u>	<u>(569)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>28.452</u>	<u>15.146</u>
Baixas	(3.760)	(1.778)
Transferências	<u>(174)</u>	<u>174</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>24.518</u>	<u>13.542</u>
Depreciação		
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.610	3.175
Adições	6.917	3.288
Baixas	<u>(201)</u>	<u>(273)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>11.326</u>	<u>6.190</u>
Adições	1.754	2.862
Baixas	(2.922)	(1.167)
Transferências	<u>(16)</u>	<u>16</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>10.142</u>	<u>7.901</u>
Líquido	<u>14.376</u>	<u>5.641</u>

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Garantias

A Companhia oferece bens do ativo imobilizado, como garantia em financiamentos, no montante de R\$104.769 e R\$ 99.337 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 56.191 e R\$56.796 em 31 de dezembro de 2011, respectivamente na posição consolidada e Controladora. Esses itens são representados, em sua totalidade por máquinas e equipamentos.

12 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores representa, basicamente, compromissos da Companhia e suas controladas, por aquisição de insumos necessários à execução dos serviços contratados ou a aquisição de equipamentos com recursos próprios.

Os prazos de vencimentos desses passivos costumam se situar entre 30 e 90 dias da data de entrega e são registrados quando repassados para a Companhia, os riscos e benefícios inerentes aos bens, produtos e serviços prestados.

13 Salários e encargos a pagar

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	1/1/2011	31/12/2012	31/12/2011	1/1/2011
Obrigações Trabalhistas e Sociais	7.406	3.083	3.313	10.014	3.577	4.586
Provisões de férias e Encargos	7.276	4.118	2.690	9.066	4.655	4.289
Provisão para participação nos lucros e resultados		200	156		429	156
	<u>14.682</u>	<u>7.401</u>	<u>6.159</u>	<u>19.080</u>	<u>8.661</u>	<u>9.031</u>

14 Empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	1/11/2011	31/12/2012	31/12/2011	1/11/2011
FINAME	45.213	47.901	39.826	48.365	48.507	40.190
FINIMP	3.696	3.867		3.696	3.867	
Leasing	3.909	4.423	1.443	4.189	4.422	1.443
Conta Garantida	14.989			16.989		
Capital de Giro	<u>31.530</u>		<u>585</u>	<u>31.530</u>		<u>585</u>
Total	<u>99.337</u>	<u>56.191</u>	<u>41.854</u>	<u>104.769</u>	<u>56.796</u>	<u>42.218</u>
Passivo circulante	62.187	14.208	10.509	64.743	14.277	10.657
Passivo não circulante	<u>37.150</u>	<u>41.983</u>	<u>31.345</u>	<u>40.026</u>	<u>42.519</u>	<u>31.561</u>
Total	<u>99.337</u>	<u>56.191</u>	<u>41.854</u>	<u>104.769</u>	<u>56.796</u>	<u>42.218</u>

Os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia e sua controladas, estão relacionados, substancialmente, com a aquisição de equipamentos destinados a prestação dos seus serviços de construção.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores financiados através FINAME são atualizados com base na variação da TJLP e os valores financiados através o programa FINIMP são atualizados com base na variação do Euro. Os saldos corrigidos são acrescidos de juros que variam entre 4,5% e 9,9% ao ano e têm prazos de vencimento entre março de 2012 e janeiro de 2022. A distribuição do saldo, por ano de liquidação, é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	1/1/2011	31/12/2012	31/12/2011	1/1/2011
2011			10.509			10.657
2012		14.208	10.405		14.277	10.460
2013	62.187	11.903	6.547	64.743	11.972	6.571
2014	9.865	7.774	3.893	10.413	7.847	3.917
2015	8.201	6.117	2.201	8.746	6.190	2.225
2016	6.645	4.652	2.116	7.188	4.725	2.141
2017 a 2022	12.439	11.537	6.183	13.679	11.785	6.247
Total	99.337	56.191	41.854	104.769	56.796	42.218

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas de “covenants” (restritivas). Para os exercícios objeto dessas demonstrações financeiras, as Companhias não se encontravam em situação de descumprimento das cláusulas contratuais.

15 Debêntures

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 (c), a Aterpa emitiu debêntures conversíveis em ações, no valor de R\$ 65.452.384,00 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais) sendo que a primeira série, no valor de R\$ 44.199.972,50 (quarenta e quatro milhões, cento e noventa e nove mil, novecentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos), foi totalmente subscrita e integralizada em 6 de junho de 2012.

Sobre o valor nominal unitário dessas debêntures, incidem atualização diária do IPCA a partir da data de integralização, tendo como base a variação desse índice correspondente ao 2º (segundo) mês antecedente ao mês de atualização. Sobre o valor corrigido, incidem ainda juros de 6,5% (seis, vírgula cinco por cento) ao ano, calculados cumulativamente *pro rata temporis* dos dias úteis decorridos.

Os valores devidos serão pagos trimestralmente, nos últimos dias de fevereiro, maio, agosto e novembro, sendo que o primeiro pagamento ocorreu em agosto de 2012. Caso sejam emitidas e integralizadas debêntures da segunda série, os vencimentos serão os mesmos.

É facultado à emissora resgatar e/ou adquirir antecipadamente as debêntures a qualquer momento, por preço não superior ao valor unitário corrigido, acrescido da remuneração *pro rata temporis*, desde que observe as regras do parágrafo 2º do art.55 da Lei das S.A.. Até a data dessas demonstrações financeiras, a companhia não exerceu essa faculdade, permanecendo a totalidade das debêntures da primeira série, em circulação.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por força desse instrumento, a Companhia está sujeita a determinadas cláusulas de *covenants* (restritivas). Da mesma forma, os subscritores das debêntures se sujeitam a determinadas obrigações, para exercer os seus direitos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, objeto dessas demonstrações financeiras, a Companhia e os subscritores das debêntures não se encontravam em situação de descumprimento das cláusulas contratuais. A distribuição do saldo, por ano de liquidação, é como segue:

	Controladora e Consolidado
	31/12/2012
2016	6.867
2017 a 2022	36.111
Total	42.978

16 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	1/1/2011	31/12/2012	31/12/2011	1/1/2011
Imposto de renda - IRPJ	87	1.738		262	2.201	140
Contribuição Social - CSLL	13	904		133	1.187	14
	<u>100</u>	<u>2.642</u>		<u>395</u>	<u>3.388</u>	<u>154</u>

17 Impostos a recolher

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	1/1/2011	31/12/2012	31/12/2011	1/1/2011
IRRF	1.123	803	2.067	1.428	846	2.115
PIS, COFINS, CSLL retidos	66	132		66	132	
PIS sobre o faturamento	64	339	506	140	460	797
COFINS sobre o faturamento	304	1.568	1.017	654	2.127	2.359
INSS	274	187	20	321	210	20
ICMS						6
ISSQN	1.511	685	2.252	1.988	991	3.885
OUTROS				43	10	
	<u>3.342</u>	<u>3.714</u>	<u>5.862</u>	<u>4.640</u>	<u>4.776</u>	<u>9.182</u>

18 Imposto de renda e contribuição social

(a) Corrente

A companhia possui operações que são tributadas pelo lucro presumido e operações que são tributadas pelo lucro real. Nas operações sujeitas à apuração do imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido através do lucro real, o valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais desses tributos difere dos impostos efetivamente apurados, conforme encontra-se disposto no quadro abaixo. Nas operações sujeitas à apuração do imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido através do lucro presumido, a Companhia optou pela apuração do lucro presumido em bases trimestrais (regime de caixa), tendo os valores apurados e apropriados ao resultado do exercício conforme abaixo.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2012		Controladora 2011		2012		Consolidado 2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro real								
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(72.764)	(72.764)	26.689	26.689	(78.073)	(78.073)	31.380	31.380
Exclusão da base do lucro (prejuízo) sujeito à tributação pelo lucro presumido	(1.928)	(1.928)	18.287	18.287	(1.928)	(1.928)	18.287	18.287
Base de cálculo sujeito à tributação pelo lucro real (a)	(74.692)	(74.692)	44.976	44.976	(80.001)	(80.001)	49.667	49.667
Lucro presumido								
Receita recebida de serviços prestados	81.071	81.071	76.018	76.018	115.859	115.859	228.663	228.663
Aliquota (IRPJ 8%, CSLL 12%)	8%	12%	8%	12%	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo sobre prestação de serviços	6.486	9.729	6.081	9.122	9.269	13.903	18.293	27.440
Base de cálculo das demais receitas	110	110	158	158	296	296	206	206
Base de cálculo dos tributos	6.596	9.839	6.239	9.280	9.565	14.199	18.499	27.646
IRPJ (15%)	989		936		1434		4.548	
Adicional do IRPJ (10%)	583		397		781		1.393	
CSLL (9%)		886		835		1.278		3.147
IRPJ e CSL Apurados – Lucro presumido	1.572	886	1.333	835	2.215	1.278	5.941	3.147
Tributados pelo regime especial de tributação								
Receita de serviços prestados – RET	19.474	6.059	19.357		19.474	6.059	19.357	
RET (1% e 6%)	195	364	194		195	364	194	
Imposto de renda e Contribuição social correntes	2.131	886	1527	835	2.410	1.642	6.135	3.147

(a) A Companhia no exercício de 2011 não apurou lucro tributável em suas operações sujeitas ao lucro real. O lucro apresentado na conciliação acima decorre da mudança de prática contábil descrita na nota 2.1.e.

(b) Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos encontra-se abaixo:

	Controladora					Consolidado				
	31/12/2012	Variação	31/12/2011	Variação	1/1/2011	31/12/2012	Variação	31/12/2011	Variação	1/1/2011
Imposto de renda e Contribuição Social diferidos ativos:										
Provisão para demandas judiciais	3.311	2.580	731	(280)	1.011	3.513	2.782	731	(280)	1.011
Provisão para bônus e gratificações	799		799	(692)	1.491	799		799	(692)	1.491
Provisão para participação nos resultados		(68)	68	15	53		(68)	68	15	53
Provisão para devedores duvidosos	792	792				792	792			
Imposto de renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias	<u>4.902</u>	<u>3.304</u>	<u>1.598</u>	<u>(957)</u>	<u>2.555</u>	<u>5.104</u>	<u>3.506</u>	<u>1.598</u>	<u>(957)</u>	<u>2.555</u>
Imposto de renda e Contribuição Social sobre prejuízo fiscal e base negativa	<u>22.822</u>	<u>22.822</u>				<u>27.822</u>	<u>27.822</u>			
	<u>27.724</u>	<u>26.126</u>	<u>1.598</u>	<u>(957)</u>	<u>2.555</u>	<u>32.926</u>	<u>31.328</u>	<u>1.598</u>	<u>(957)</u>	<u>2.555</u>

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Controladora					Consolidado				
	31/12/2012	Variação	31/12/2011	Variação	Não Auditado 1/1/2011	31/12/2012	Variação	31/12/2011	Variação	Não Auditado 1/1/2011
Imposto de renda e Contribuição Social diferidos passivos:										
Diferenças temporárias de SCP e controladas tributadas pelo lucro presumido	82	(374)	456	(449)	905	343	(188)	531	(373)	905
Imposto diferido sobre deságio						1.986	1.986			
Custo atribuído ("deemed cost")	6.806	(2.061)	8.867	(3.668)	12.535	6.806	(2.061)	8.867	(3.668)	12.535
	<u>6.888</u>	<u>(2.435)</u>	<u>9.323</u>	<u>(4.117)</u>	<u>13.440</u>	<u>9.135</u>	<u>(263)</u>	<u>9.398</u>	<u>(4.041)</u>	<u>13.440</u>

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As diferenças temporárias de sociedade em conta de participação (“SCP”) e controladas tributadas pelo lucro presumido decorrem da diferença entre a receita apropriada pelo regime de competência e aquela submetida à tributação, obedecendo ao regime de caixa, a qual se realiza em sintonia com a expectativa de realização do contas a receber.

Conforme descrito na nota 11, a Companhia adotou o custo atribuído (“deemed cost”) em 1º de janeiro de 2009, e conseqüentemente contabilizou o imposto de renda e contribuição social referente a esta diferença temporária. Este imposto diferido passivo se realiza a medida que os itens objeto da atribuição do custo atribuído se depreciem ou em decorrência de alienação dos mesmos.

19 Impostos a recolher diferidos

Estão representados por tributos incidentes sobre a diferença entre a receita apropriada pelo regime de competência e aquela submetida à tributação, obedecendo ao regime de caixa, a qual se realiza em sintonia com a expectativa de realização do contas a receber, como a seguir apresentado:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	Não Auditado 1/11/2011	31/12/2012	31/12/2011	Não Auditado 1/1/2011
PIS	923	513	433	1.046	532	433
COFINS	4.258	2.378	3.352	4.823	2.466	3.351
ISSQN	4.706	4.389	1.692	4.981	4.475	1.692
RET - Programa Minha Casa Minha Vida			3			3
	<u>9.887</u>	<u>7.280</u>	<u>5.480</u>	<u>10.850</u>	<u>7.473</u>	<u>5.479</u>

20 Capital social e reservas

(a) Capital social

Em 6 de junho de 2012, foi aprovada a emissão de 1.943.014 ações ordinárias, com preço de emissão de R\$4,01 por ação, totalizando aproximadamente R\$7.800. Estas ações foram totalmente integralizadas pelo novo acionista que foi admitido na estrutura societária – NEO Capital Mezanino Fundo de Investimento em Participações, conforme descrito na nota 1.

Em 25 de junho de 2012, em ata de assembleia geral extraordinária, os acionistas aprovaram a incorporação ao capital social da Companhia de parte das reservas de lucros, no montante de R\$66.394, sem a emissão de novas ações.

Em 29 de junho de 2012, em ata de assembleia geral extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento de capital de R\$ 1.898 que foi totalmente integralizado pelo acionista JASA Participações S.A.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 224.856, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 136.744.355 (cento e trinta e seis milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, todas sem valor nominal.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Reserva legal

A Reserva legal é constituída nos termos da legislação societária, na base de 5% do lucro líquido, observando-se o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social, somadas as reservas de capital. Após esses limites, as apropriações a essa reserva não são obrigatórias. A Reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

(c) Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. A Companhia registra provisão no encerramento de cada exercício social, no montante do dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos e juros sobre capital próprio superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendos adicionais propostos". Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em assembleia dos Acionistas. A administração da Companhia propôs, durante o exercício de 2011, dividendos no montante de R\$13.000, correspondente ao resultado acumulado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

21 Receita

A reconciliação entre a receita bruta de serviços e a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta na prestação de serviços	507.899	313.469	587.357	458.659
Impostos sobre serviços	(33.316)	(19.584)	(37.895)	(30.169)
Receita líquida	<u>474.583</u>	<u>293.885</u>	<u>549.462</u>	<u>428.490</u>

22 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Depreciação e amortização	23.891	22.315	28.261	22.930
Gastos com empregados	161.069	44.268	196.227	62.218
Matéria prima, insumos e custo indireto dos serviços prestados	303.476	198.809	345.332	286.387
Despesas administrativas diversas	22.155	8.804	24.697	17.315
Serviços de terceiros	17.180	19.343	19.571	19.343
Receita/Resultado na alienação de imobilizado	(1.242)	(542)	(1.383)	(547)
Participação do sócio oculto nas sociedades em conta de participação - SCP	(1.496)	(11.072)	676	(9.276)
Outras (despesas) receitas	(432)	23	(6.279)	29
	<u>524.601</u>	<u>281.948</u>	<u>607.102</u>	<u>398.399</u>
Custo dos serviços prestados	466.202	242.755	545.222	347.133
Despesas administrativas	60.073	39.712	69.542	51.784
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(1.674)	(519)	(7.662)	(518)
	<u>524.601</u>	<u>281.948</u>	<u>607.102</u>	<u>398.399</u>

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23 Despesas financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras				
Juros	1.599	3.697	1.703	5.526
Variações monetárias	76	62	76	62
Outras receitas financeiras	204	104	306	119
Total	1.879	3.863	2.085	5.707
Despesas financeiras				
Juros	(8.061)	(3.116)	(8.116)	(3.158)
Variações monetárias	(454)	(106)	(454)	(106)
Outras despesa financeiras	(4.455)	(96)	(4.684)	(134)
Total	(12.970)	(3.318)	(13.254)	(3.398)
Despesas financeiras, líquidas	(11.091)	545	(11.169)	2.309

24 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes ao final de cada exercício contábil, excluindo as ações em tesouraria.

	2012	2011
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(43.562)	26.942
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	137.628	136.744
Lucro básico por ação – R\$	(0,317)	0,197

25 Contingências e obrigações legais vinculadas a processos e depósitos judiciais

(a) Causas avaliadas pela Companhia com probabilidade de desfecho desfavorável e classificadas como de perda provável

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável e demais obrigações legais não vinculadas. A Administração acredita que a resolução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2012, os riscos contingentes, conforme opinião dos assessores jurídicos, encontram-se descritos no quadro a seguir:

	Controladora	Consolidado	
	2012	2012	
	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Provisão para contingências
Tributárias	6.211	6.211	6.211
Cíveis	824	1.868	2.475
Trabalhistas	572	1.326	1.668
Administrativo	6.659	6.775	6.775
Outros	499		
Total	14.765	16.180	17.129
Passivo circulante		1.755	2.363
Passivo não circulante		14.425	14.766
		16.180	17.129

Provisões tributárias estão relacionadas a discussões sobre o pagamento de ISS que se encontram ainda em julgamento. Referem-se, principalmente, a discussões quanto à adequada interpretação de legislação tributária.

Provisões cíveis estão relacionadas a ações que versam sobre relações de consumo, indenizatórias decorrentes de acidentes de trabalho, decorrentes de prejuízos materiais e morais considerados causados pela companhia, rescisões contratuais e alegados descumprimentos de cláusulas e ações de cobrança de títulos e documentos julgados exequíveis.

Provisões trabalhistas consistem, principalmente, de reclamações feitas por ex-empregados, vinculadas a verbas decorrentes da relação de emprego e, eventualmente, acidente de trabalho.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação desse saldo é como segue:

							Controladora
	Trabalhista	Cível	Administrativo	Ambiental	Tributário	Provisão Depósitos Judiciais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.235	1.780					3.015
Provisões	1.462	635		115	3.110	1.020	6.342
Reversões	(1.235)	(1.780)					(3.015)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.462	635		115	3.110	1.020	6.342
Provisões	1.327	1.868	6.774		6.212		16.181
Reversões	(1.463)	(635)		(115)	(3.110)	(1.020)	(6.343)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.326	1.868	6.774		6.212		16.180
						Passivo circulante	1.755
						Passivo não circulante	14.425
							16.180
Consolidado							
	Trabalhista	Cível	Administrativo	Ambiental	Tributário	Provisão Depósitos Judiciais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.303	1.781					3.084
Provisões	1.819	635		115	3.110	1.133	6.812
Reversões	(1.304)	(1.781)					(3.085)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.818	635		115	3.110	1.133	6.811
Provisões	1.668	2.475	6.775		6.211		17.129
Reversões	(1.817)	(635)		(115)	(3.110)	(1.133)	(6.810)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.669	2.475	6.775		6.211		17.130
						Passivo circulante	2.363
						Passivo não circulante	14.766
							17.129

(b) Causas avaliadas pela Companhia com alguma chance de decisão desfavorável e perda possível

Em 31 de dezembro de 2012, não foi computado nas demonstrações individuais e consolidadas da Companhia, o montante de R\$ 47.132 referentes às causas trabalhistas, cíveis, e outras, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia apontam para uma probabilidade reduzida de perda ou para aquelas que, pelo fato de ainda não terem sido objeto de análise pelo Judiciário (estão em sua fase inicial, sem sentença), não geram provisionamento.

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda entregues nos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a tributos federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares, referentes a períodos variáveis, estão sujeitas à revisão. No entanto, na opinião da Administração da Companhia e suas controladas, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial em 31 de dezembro 2012 e 2011 e não há processos significativos conhecidos contra a Companhia que não tenham sido adequadamente registrados nas demonstrações financeiras para aquelas datas.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento. Consequentemente, a Companhia não tem registrado provisão para contingências dessa natureza.

26 Partes relacionadas

Transações com partes relacionadas decorrem de operações inerentes às atividades da Companhia e tem prazo de duração inferior a 360 dias.

A composição dos saldos referentes a transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2012 está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Posição no ativo	Posição no Passivo	Posição no ativo	Posição no Passivo
Cimcop S.a Engenharia e Comércio	381		381	
Cinzel Engenharia Ltda	2.153		2.153	
Renato Andrade Botelho	889		889	
C.C.M - Construtora Centro Minas Ltda			23	
EPO Empreend. Part. Obras Ltda			27	
CAC Empreendimentos Ltda			425	
Conata Engenharia Ltda			66	
DRB Construtora Ltda			198	15
Paris Participações Ltda			15	15
Direcional Engenharia Ltda		12.091		12.091
Edrafe Engenharia Ltda		178		178
Execon - Assessoria Gerencial Ltda		16		16
Veredas Engenharia Ltda		1.537		1.537
A Madeira Industria e Comércio Ltda		734		734
Ebate	8.169		8.169	
Famartins Participações e Empreendimentos S.A	1.673	179	1.673	179
Direitos em Consórcios	3.093		3.093	
Outros	12.730	969	13.026	188
	29.088	15.704	30.138	14.953

27 Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros e resultados

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos empregados, após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(b) Seguro de vida em grupo

Os empregados e administradores da Companhia estão segurados por um plano de Seguro de Vida em Grupo onde estão previstos valores devidos em caso de falecimento, invalidez permanente e parcial e auxílio funeral. Esse benefício é concedido a todos os funcionários, indistintamente e está vinculado ao contrato de trabalho.

Construtora Aterpa M.Martins S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Cobertura</u>
Garantia e execução de Obras	Garante o fiel cumprimento das obrigações contraídas pela empresa em licitações ou em cumprimento de contratos de construção, fornecimento de bens ou de prestação de serviços.	98.749
Risco de Engenharia	Riscos inerentes à construção, incluindo incêndios, erro de execução, sabotagens, roubo e furto qualificado, danos causados por vendaval, queda de granizo, entre outros riscos	665
Participações em Licitações	Garante indenização até o valor fixado da apólice se o tomador adjudicatário se recusar a assinar o contrato principal nas condições propostas dentro do prazo estabelecido no Edital da Licitação.	12.068
Responsabilidade Civil Geral	Reembolsar o segurado até o limite máximo da importância segurada, das quantias pelas quais vier a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada e julgada ou em acordo com a seguradora, relativas a reparação por danos involuntários, danos físicos a pessoas ocorridos durante a vigência do contrato e que decorram dos serviços de execução das obras.	7.465
Seguro de Vida	Garantir o pagamento de uma indenização ao próprio segurado ou a seus beneficiários, caso ocorra algum dos eventos cobertos pelas garantias contratadas pelo estipulante e indicadas nas condições especiais e no certificado do seguro.	82

* * *

